

**TERMO DE FOMENTO Nº 09/2026****QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PATOS DE MINAS E A ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES VISUAIS DE PATOS DE MINAS**

O **MUNICÍPIO DE PATOS DE MINAS**, inscrito no CNPJ sob nº 18.602.011/0001-07, com sede a Rua Doutor José Olympio de Mello, 151, Bairro Eldorado nesta cidade de Patos de Minas - MG, doravante denominada **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL**, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, Luís Eduardo Falcão Ferreira, brasileiro, portador do CPF nº *****.351.***-****, Carteira de Identidade nº **MG-**.269.***** SSP – MG, residente e domiciliado nesta cidade e a **ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES VISUAIS DE PATOS DE MINAS**, inscrita no CNPJ sob nº. 08.111.283/0001-50, Avenida Getúlio Vargas, nº 245, 2º andar – Bairro Centro, Patos de Minas, doravante denominada **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL**, representada pela presidente Renata Gomes Pereira, nacionalidade brasileira, residente e domiciliada em Patos de Minas/MG, portadora do CPF nº *****.368.***-**** e carteira de identidade nº **MG-*.419.***** PC/MG, resolvem celebrar o presente **Termo de Fomento**, regendo-se pelo disposto na Lei de Diretrizes Orçamentárias nº 8.928 de 14/07/2025 e suas alterações, Lei Orçamentária Anual nº 9.077 de 22/12/2025, Lei Municipal de Repasses Financeiros de Subvenções, Contribuições e Auxílios nº 9.078 de 22/12/2025, Decreto Municipal nº 5.889 de 21/01/2025 que reestrutura as regras e os procedimentos para celebração de parcerias entre a Administração Direta e Indireta do Município de Patos de Minas e as Organizações da Sociedade Civil, para a consecução de finalidades de interesse público e dá outras providências, na Lei Federal nº 13.019 de 31 de julho de 2.014 que estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação; define diretrizes para a política de fomento, de colaboração e de cooperação com organizações da sociedade civil; consoante ao processo digital nº **4603-26-PAT-GOV** e mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1- O presente termo de fomento, decorrente de inexigibilidade de Chamamento Público, tem por objeto o repasse de recursos financeiros (subvenções sociais) visando à manutenção dos serviços prestados pela Entidade e atendimentos aos usuários: crianças, adolescentes, adultos e idosos, com deficiência visual (cegueira



ou baixa visão) ou pessoas em situações de vulnerabilidade e seus familiares, conforme detalhado no Plano de Trabalho, ANEXO I.

1.2 - Não poderão ser destinados recursos para atender a despesas vedadas pela respectiva Lei de Diretrizes Orçamentárias.

1.3 - É vedada a execução de atividades que tenham por objeto, envolvam ou incluam, direta ou indiretamente:

I - delegação das funções de regulação, de fiscalização, do exercício do poder de polícia ou de outras atividades exclusivas do Município;

II - prestação de serviços ou de atividades cujo destinatário seja o aparelho administrativo do Município.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES

2.1 - São obrigações dos Partícipes:

I - DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL:

a) fornecer manuais específicos de prestação de contas às organizações da sociedade civil por ocasião da celebração das parcerias, informando previamente e publicando em meios oficiais de comunicação às referidas organizações eventuais alterações no seu conteúdo;

b) emitir relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria e o submeter à comissão de monitoramento e avaliação designada, que o homologará, independentemente da obrigatoriedade de apresentação da prestação de contas devida pela organização da sociedade civil;

c) realizar, nas parcerias com vigência superior a um ano, pesquisa de satisfação com os beneficiários do plano de trabalho e utilizar os resultados como subsídio na avaliação da parceria celebrada e do cumprimento dos objetivos pactuados, bem como na reorientação e no ajuste das metas e atividades definidas;

d) liberar os recursos por meio de transferência eletrônica em obediência ao cronograma de desembolso, que guardará consonância com as metas, fases ou etapas de execução do objeto do termo de fomento;

e) promover o monitoramento e a avaliação do cumprimento do objeto da parceria;



- f) na hipótese de o gestor da parceria deixar de ser agente público ou ser lotado em outro órgão ou entidade, o administrador público deverá designar novo gestor, assumindo, enquanto isso não ocorrer, todas as obrigações do gestor, com as respectivas responsabilidades;
- g) viabilizar o acompanhamento pela internet dos processos de liberação de recursos;
- h) manter, em seu sítio oficial na internet, a relação das parcerias celebradas e dos respectivos planos de trabalho, até cento e oitenta dias após o respectivo encerramento;
- i) divulgar pela internet os meios de representação sobre a aplicação irregular dos recursos envolvidos na parceria;
- j) instaurar tomada de contas antes do término da parceria, ante a constatação de evidências de irregularidades na execução do objeto da parceria.

II - DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL:

- a) manter escrituração contábil regular;
- b) prestar contas dos recursos recebidos por meio deste termo de fomento;
- c) divulgar na internet e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações todas as parcerias celebradas com o poder público, contendo, no mínimo, as informações requeridas no parágrafo único do art. 11 da Lei nº 13.019/2014;
- d) manter e movimentar os recursos na conta bancária específica observado o disposto no art. 51 da Lei nº 13.019/2014;
- e) dar livre acesso dos servidores dos órgãos ou das entidades públicas repassadoras dos recursos, do controle interno e do Tribunal de Contas correspondentes aos processos, aos documentos, às informações referentes aos instrumentos de transferências regulamentados pela Lei nº 13.019, de 2014, bem como aos locais de execução do objeto;
- f) responder exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal;
- g) responder exclusivamente pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto no



termo de fomento, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública a inadimplência da organização da sociedade civil em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução;

h) disponibilizar ao cidadão, na sua página na internet ou, na falta desta, em sua sede, consulta ao extrato deste termo de fomento, contendo, pelo menos, o objeto, a finalidade e o detalhamento da aplicação dos recursos.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

3.1 - O montante total de recursos a serem empregados na execução do objeto do presente Termo de Fomento é de **R\$46.999,26 (quarenta e seis mil novecentos e noventa e nove reais e vinte e seis centavos)**.

3.2 – A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL transferirá, para execução do presente termo de fomento, recursos no valor de R\$46.999,26 (quarenta e seis mil novecentos e noventa e nove reais e vinte e seis centavos), correndo a despesa à conta da dotação orçamentária 01.08.02.00.08.422.0007.2.0091, UG 01.08.02 SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, Gestão: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, conforme discriminação abaixo:

Função: 08, Subfunção: 422, Programa: 0007, Despesa: 3.3.50.43.0000 – Subvenções Sociais Fonte: 01.0500.0000.0117 Emendas Parlamentares Municipais – (4.645).

O valor acima será repassado em parcela única

CLÁUSULA QUARTA - DA TRANSFERÊNCIA E APLICAÇÃO DOS RECURSOS

4.1 – O MUNICÍPIO transferirá os recursos em favor da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, conforme o cronograma de desembolso contido no plano de trabalho, mediante transferência eletrônica na **Conta Corrente nº 22.307-7, Agência nº 4669-8 – Banco do Brasil S.A**, sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária específica vinculada a este instrumento.

4.2 - Os recursos recebidos em decorrência da parceria serão depositados em conta corrente específica isenta de tarifa bancária na instituição financeira pública determinada pela administração pública.



I- Os rendimentos de ativos financeiros serão aplicados no objeto da parceria, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos.

4.3 - Os rendimentos das aplicações financeiras serão, obrigatoriamente, aplicados no objeto do termo de fomento ou da transferência, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidos para os recursos transferidos.

4.4 - As parcelas dos recursos transferidos no âmbito da parceria serão liberadas e ficarão retidas nos seguintes casos:

I - quando houver evidências de irregularidade na aplicação de parcela anteriormente recebida;

II - quando constatado desvio de finalidade na aplicação dos recursos ou o inadimplemento da organização da sociedade civil em relação a obrigações estabelecidas no termo de fomento;

III- quando a organização da sociedade civil deixar de adotar sem justificativa suficiente as medidas saneadoras apontadas pela administração pública ou pelos órgãos de controle interno ou externo.

4.5 - Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à administração pública no prazo improrrogável de trinta dias, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente da administração pública.

CLÁUSULA QUINTA - DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS

5.1 – O presente termo de fomento deverá ser executado fielmente pelos partícipes, de acordo com as cláusulas pactuadas e as normas de regência, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

5.2 – Toda a movimentação de recursos no âmbito da parceria será realizada mediante transferência eletrônica, sujeita a identificação do beneficiário final e a obrigatoriedade do depósito em sua conta bancária.

I - Os pagamentos deverão ser realizados mediante crédito na conta bancária de titularidade dos fornecedores e prestadores de serviços.

5.3 – Todas as despesas (notas fiscais, faturas) deverão ser emitidas no nome da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, discriminando as despesas conforme



estabelecido na Cláusula Primeira, sem rasuras e constando comprovante de pagamento.

5.4 – Fica expressamente vedada a utilização dos recursos transferidos, sob pena de nulidade do ato e responsabilidade do agente ou representante da OSC para:

I - realização de despesas a título de taxa de administração, de gerência ou similar;

II - finalidade diversa da estabelecida neste instrumento, ainda que em caráter de emergência;

III- realização de despesas em data anterior ou posterior à sua vigência;

IV - realização de despesas com taxas bancárias, com multas, juros ou correção monetária, inclusive, referentes a pagamentos ou recolhimentos fora dos prazos;

V - realização de despesas com publicidade, salvo as de caráter educativo, informativo ou de orientação social, das quais não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos; e

VI - repasses como contribuições, auxílios ou subvenções às instituições privadas com fins lucrativos;

VII - pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria, salvo nas hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias.

CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA

6.1 - O presente Termo de Fomento vigorará a partir da sua assinatura até **01/04/2027**, conforme prazo previsto no anexo Plano de trabalho para a consecução de seu objeto. **Fica estabelecido que, a partir da assinatura deste Termo de Fomento, o prazo de execução informado no Plano de Trabalho é anulado e substituído pelo prazo de vigência aqui informado.**

6.2 - Sempre que necessário, mediante proposta da OSC devidamente justificada e formulada, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do seu término, e após o cumprimento das demais exigências legais e regulamentares, serão admitidas prorrogações do prazo de vigência do presente Termo de Fomento.

6.3 - Caso haja atraso na liberação dos recursos financeiros, a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL promoverá a prorrogação do prazo de vigência do presente



termo de fomento, independentemente de proposta da OSC, limitado o prazo de prorrogação ao exato período do atraso verificado.

6.4 – Toda e qualquer prorrogação, inclusive a referida no item anterior, deverá ser formalizada por termo aditivo, a ser celebrado pelos partícipes antes do término da vigência do Termo de Fomento ou da última dilação de prazo, sendo expressamente vedada a celebração de termo aditivo com atribuição de vigência ou efeitos financeiros retroativos.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO MONITORAMENTO, DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

7.1 - O relatório técnico a que se refere o art. 59 da Lei n.º 13.019/2014, sem prejuízo de outros elementos, deverá conter:

I - descrição sumária das atividades e metas estabelecidas;

II - análise das atividades realizadas, do cumprimento das metas e do impacto do benefício social obtido em razão da execução do objeto até o período, com base nos indicadores estabelecidos e aprovados no plano de trabalho;

III - valores efetivamente transferidos pela administração pública;

IV - análise dos documentos comprobatórios das despesas apresentados pela organização da sociedade civil na prestação de contas, quando não for comprovado o alcance das metas e resultados estabelecidos no respectivo termo de fomento;

V - análise de eventuais auditorias realizadas pelos controles interno e externo, no âmbito da fiscalização preventiva, bem como de suas conclusões e das medidas que tomaram em decorrência dessas auditorias.

7.2 - Na hipótese de inexecução por culpa exclusiva da organização da sociedade civil, a administração pública poderá, exclusivamente para assegurar o atendimento de serviços essenciais à população, por ato próprio e independentemente de autorização judicial, a fim de realizar ou manter a execução das metas ou atividades pactuadas:

I - retomar os bens públicos em poder da organização da sociedade civil parceira, qualquer que tenha sido a modalidade ou título que concedeu direitos de uso de tais bens;

II - assumir a responsabilidade pela execução do restante do objeto previsto no plano de trabalho, no caso de paralisação, de modo a evitar sua descontinuidade, devendo



ser considerado na prestação de contas o que foi executado pela organização da sociedade civil até o momento em que a administração assumiu essas responsabilidades.

7.3 A servidora Andréia Aparecida Soares, matrícula 19734 e Karine Bento Ferreira Nogueira, matrícula: 22818, foi oficialmente designada como gestoras da parceria, conforme estabelecido na Portaria 4.730 de 15 de junho de 2023.

7.4 A Comissão de Monitoramento e Avaliação da parceria foi nomeada por meio da Portaria 4.889 de 25 de setembro de 2024.

CLÁUSULA OITAVA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

8.1 - A prestação de contas apresentada pela organização da sociedade civil deverá conter elementos que permitam ao gestor da parceria avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, até o período de que trata a prestação de contas, a exemplo, dentre outros, das seguintes informações e documentos:

I – extrato da conta bancária específica;

II - notas fiscais e comprovantes fiscais, inclusive recibos, com data do documento, valor, dados da organização da sociedade civil;

III - comprovante do recolhimento do saldo da conta bancária específica, quando houver;

IV - material comprobatório do cumprimento do objeto em fotos, vídeos ou outros suportes;

V - relação de bens adquiridos, produzidos ou construídos, quando for o caso; e

VI - lista de presença do pessoal treinado ou capacitado, quando for o caso.

§ 1.º Serão glosados valores relacionados a metas e resultados descumpridos sem justificativa suficiente.

§ 2.º A organização da sociedade civil prestará contas da boa e regular aplicação dos recursos recebidos no prazo de até 30 (trinta) dias a partir do término da vigência da parceria ou no final de cada exercício, se a duração da parceria exceder um ano.



8.2 - A prestação de contas relativa à execução do termo de fomento dar-se-á mediante a análise dos documentos previstos no plano de trabalho, bem como dos seguintes relatórios:

I - relatório de execução do objeto, elaborado pela organização da sociedade civil, contendo as atividades ou projetos desenvolvidos para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados;

II - relatório de execução financeira do termo de fomento, com a descrição das despesas e receitas efetivamente realizadas e sua vinculação com a execução do objeto, na hipótese de descumprimento de metas e resultados estabelecidos no plano de trabalho.

8.3 – O MUNICÍPIO considerará ainda em sua análise os seguintes relatórios elaborados internamente, quando houver:

I - relatório da visita técnica in loco realizada durante a execução da parceria;

II - relatório técnico de monitoramento e avaliação, homologado pela comissão de monitoramento e avaliação designada, sobre a conformidade do cumprimento do objeto e os resultados alcançados durante a execução do termo de fomento.

8.4 - Os pareceres técnicos do gestor acerca da prestação de contas, de que trata o art. 67 da Lei nº 13.019, de 2014, deverão conter análise de eficácia e de efetividade das ações quanto:

I - os resultados já alcançados e seus benefícios;

II - os impactos econômicos ou sociais;

III - o grau de satisfação do público-alvo;

IV - a possibilidade de sustentabilidade das ações após a conclusão do objeto pactuado.

8.5 - A manifestação conclusiva sobre a prestação de contas pela administração pública observará os prazos previstos na Lei nº 13.019, de 2014, devendo concluir, alternativamente, pela:

I - aprovação da prestação de contas;

II - aprovação da prestação de contas com ressalvas; ou



III - rejeição da prestação de contas e determinação de imediata instauração de tomada de contas especial.

8.6 - Constatada irregularidade ou omissão na prestação de contas, será concedido prazo para a organização da sociedade civil sanar a irregularidade ou cumprir a obrigação.

§ 1º O prazo referido no caput é limitado a 45 (quarenta e cinco) dias por notificação, prorrogável, no máximo, por igual período, dentro do prazo que a administração pública possui para analisar e decidir sobre a prestação de contas e comprovação de resultados.

§ 2º Transcorrido o prazo para saneamento da irregularidade ou da omissão, não havendo o saneamento, a autoridade administrativa competente, sob pena de responsabilidade solidária, deve adotar as providências para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis, quantificação do dano e obtenção do ressarcimento, nos termos da legislação vigente.

8.7 - A administração pública apreciará a prestação final de contas apresentada, no prazo de até cento e cinquenta dias, contado da data de seu recebimento ou do cumprimento de diligência por ela determinada, prorrogável justificadamente por igual período.

Parágrafo único. O transcurso do prazo definido nos termos do **caput** sem que as contas tenham sido apreciadas:

I - não significa impossibilidade de apreciação em data posterior ou vedação a que se adotem medidas saneadoras, punitivas ou destinadas a ressarcir danos que possam ter sido causados aos cofres públicos;

II - nos casos em que não for constatado dolo da organização da sociedade civil ou de seus prepostos, sem prejuízo da atualização monetária, impede a incidência de juros de mora sobre débitos eventualmente apurados, no período entre o final do prazo referido neste parágrafo e a data em que foi ultimada a apreciação pela administração pública.

8.8 - As prestações de contas serão avaliadas:

I - regulares, quando expressarem, de forma clara e objetiva, o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;

II - regulares com ressalva, quando evidenciarem impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal que não resulte em dano ao erário;



III - irregulares, quando comprovada qualquer das seguintes circunstâncias:

- a) omissão no dever de prestar contas;
- b) descumprimento injustificado dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;
- c) dano ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico;
- d) desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.

8.9 - O administrador público responde pela decisão sobre a aprovação da prestação de contas ou por omissão em relação à análise de seu conteúdo, levando em consideração, no primeiro caso, os pareceres técnico, financeiro e jurídico, sendo permitida delegação a autoridades diretamente subordinadas, vedada a subdelegação.

8.10 - Quando a prestação de contas for avaliada como irregular, após exaurida a fase recursal, se mantida a decisão, a organização da sociedade civil poderá solicitar autorização para que o ressarcimento ao erário seja promovido por meio de ações compensatórias de interesse público, mediante a apresentação de novo plano de trabalho, conforme o objeto descrito no termo de fomento e a área de atuação da organização, cuja mensuração econômica será feita a partir do plano de trabalho original, desde que não tenha havido dolo ou fraude e não seja o caso de restituição integral dos recursos.

8.11 - Durante o prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da prestação de contas, a organização da sociedade civil deve manter em seu arquivo os documentos originais que compõem a prestação de contas.

CLÁUSULA NONA - DAS ALTERAÇÕES

9.1 – A presente parceria poderá ser alterada a qualquer tempo, mediante assinatura de termo aditivo, devendo a solicitação ser encaminhada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias em relação à data de término de sua vigência.

9.2 - Não é permitida a celebração de aditamento deste Termo de Fomento com alteração da natureza do objeto.

9.3 – As alterações, com exceção das que tenham por finalidade meramente prorrogar o prazo de vigência do ajuste, deverão ser previamente submetidas à Advocacia Geral do Município, órgão ao qual deverão os autos ser encaminhados em prazo hábil para análise e parecer.



9.4 – É obrigatório o aditamento do presente instrumento, quando se fizer necessária a efetivação de alterações que tenham por objetivo a mudança de valor, das metas, do prazo de vigência ou a utilização de recursos remanescentes do saldo do Termo de Fomento.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS RESPONSABILIZAÇÕES E DAS SANÇÕES

10.1 - Pela execução da parceria em desacordo com o plano de trabalho e com as normas da Lei nº 13.019, de 2014, e da legislação específica, a administração pública poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à organização da sociedade civil parceira as seguintes sanções:

I - advertência;

II- suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a dois anos;

III - declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso II.

Parágrafo único. As sanções estabelecidas nos incisos II e III são de competência exclusiva de Secretário Municipal, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de dez dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após dois anos de aplicação da penalidade.

10.2 - Prescreve em cinco anos, contados a partir da data da apresentação da prestação de contas, a aplicação de penalidade decorrente de infração relacionada à execução da parceria.

10.3 - A prescrição será interrompida com a edição de ato administrativo voltado à apuração da infração.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS BENS REMANESCENTES



11.1 - Para os fins deste ajuste, consideram-se bens remanescentes os de natureza permanente adquiridos com recursos financeiros envolvidos na parceria, necessários à consecução do objeto, mas que a ele não se incorporam.

11.2 – Para os fins deste Termo, equiparam-se a bens remanescentes os bens e equipamentos eventualmente adquiridos, produzidos, transformados ou construídos com os recursos aplicados em razão deste Termo de Fomento.

11.3 - Os bens remanescentes serão de propriedade da Organização da Sociedade Civil e gravados com cláusula de inalienabilidade, devendo a organização da sociedade civil formalizar promessa de transferência da propriedade à administração pública, na hipótese de sua extinção.

11.4 – Todos os produtos, materiais, identidades visuais, processos, metodologias, elementos cenográficos, composições, registros, acervos técnicos, bens imateriais e demais criações intelectuais utilizados, desenvolvidos, aprimorados ou incorporados no âmbito da presente parceria serão considerados de relevância pública e afetas à política municipal de promoção cultural, razão pela qual a OSC parceira cede ao Município, de forma irrevogável e irreatável, os direitos patrimoniais de uso, reprodução, adaptação, veiculação e atualização desses bens, a título gratuito, para fins institucionais, educativos, turísticos e culturais, pelo prazo indeterminado.

11.5 - A cessão prevista nesta cláusula abrange quaisquer signos distintivos, denominações, logotipos, marcas, elementos visuais ou comunicacionais empregados na execução do projeto, independentemente da data de criação, registro, titularidade ou forma de apresentação, presumindo-se autorização plena da entidade para utilização pelo Município, sempre que vinculada ao interesse público e às finalidades do projeto.

11.6 - Os bens remanescentes adquiridos com recursos transferidos poderão, a critério do administrador público, ser doados a outra Organização da Sociedade Civil que se proponha a fim igual ou semelhante ao da Organização donatária, quando, após a consecução do objeto, não forem necessários para assegurar a continuidade do objeto pactuado,

11.7 – Os bens doados ficarão gravados com cláusula de inalienabilidade e deverão, exclusivamente, ser utilizados para continuidade da execução de objeto igual ou semelhante ao previsto neste Termo de Fomento, sob pena de reversão em favor da Administração Pública.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO

12.1 - O presente termo de fomento poderá ser:



I - denunciado a qualquer tempo, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e auferindo as vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença, respeitado o prazo mínimo de 60 (sessenta) dias de antecedência para a publicidade dessa intenção;

II - rescindido, independente de prévia notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nas seguintes hipóteses:

a) utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho;

b) inadimplemento de quaisquer das cláusulas pactuadas;

c) constatação, a qualquer tempo, de falsidade ou incorreção em qualquer documento apresentado; e

d) verificação da ocorrência de qualquer circunstância que enseje a instauração de Tomada de Contas Especial.

III - poderá ser rescindido amigavelmente por acordo entre as partes, desde que haja conveniência para a Administração Municipal.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA PROTEÇÃO DE DADOS

13.1 As partes declaram e concordam que toda e qualquer atividade de tratamento de dados deve atender às finalidades e limites previstos neste instrumento e estar em conformidade com a legislação aplicável, principalmente, mas não se limitando à Lei 13.709/18 (“Lei Geral de Proteção de Dados” ou “LGPD”).

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA PUBLICIDADE

14.1 - A eficácia do presente termo de fomento ou dos aditamentos que impliquem em alteração ou ampliação da execução do objeto descrito neste instrumento, fica condicionada à publicação do respectivo extrato no Diário Oficial, a qual deverá ser providenciada pela administração pública municipal no prazo de até 20 (vinte) dias a contar da respectiva assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

15.1 - Acordam os partícipes, ainda, em estabelecer as seguintes condições:



I - as comunicações relativas a este termo de fomento serão remetidas por correspondência ou fax e serão consideradas regularmente efetuadas quando comprovado o recebimento;

II - as mensagens e documentos, resultantes da transmissão via fax, não poderão se constituir em peças de processo, e os respectivos originais deverão ser encaminhados no prazo de cinco dias; e

III - as reuniões entre os representantes credenciados pelos partícipes, bem como quaisquer ocorrências que possam ter implicações neste termo de fomento, serão aceitas somente se registradas em ata ou relatórios circunstanciados.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO

16.1 - Será competente para dirimir as controvérsias decorrentes deste termo de fomento, que não possam ser resolvidas pela via administrativa, o foro da Comarca de Patos de Minas - MG, com renúncia expressa a outros, por mais privilegiados que forem.

16.2 - Estando plenamente de acordo, os envolvidos comprometem-se de forma integral e irrevogável a cumprir estritamente os termos deste instrumento. O presente documento foi lido e considerado conforme, sendo assinado pelos participantes para que possa surtir seus efeitos jurídicos e legais, tanto em Juízo quanto fora dele.

MUNICÍPIO DE PATOS DE MINAS

Luís Eduardo Falcão Ferreira
Prefeito Municipal

ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES VISUAIS DE PATOS DE MINAS

Renata Gomes Pereira
Presidente

09-2026 ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES VISUAIS DE PATOS DE MINAS - 4603 pdf

Código do documento db3c3178-55da-406d-bf9d-c14f5d93b282



Assinaturas

- | | | |
|---|--|---|
|  | LUÍS EDUARDO FALCÃO FERREIRA
documentos.gabinete@patosdeminas.mg.gov.br
Assinou como parte | LUÍS EDUARDO FALCÃO FERREIRA |
|  | Renata Gomes
adv.pm@hotmail.com
Assinou como parte |  |
|  | Fabiana de Sant Anna Miranda Eguchi
fabianaeguchi@patosdeminas.mg.gov.br
Aprovou | Fabiana de Sant Anna Miranda Eguchi |
|  | Cídia Costa Vargas
controladoria@patosdeminas.mg.gov.br
Aprovou |  |
|  | Pollyana Geralda Silva Sousa
pollyana@patosdeminas.mg.gov.br
Assinou como testemunha | Pollyana Geralda Silva Sousa |
|  | Renata Gomes Caixeta
renatinhagcaixeta@gmail.com
Assinou como testemunha |  |

Eventos do documento

23 Mar 2026, 12:51:54

Documento db3c3178-55da-406d-bf9d-c14f5d93b282 **criado** por GERÊNCIA DE COMPRAS - PREFEITURA (0a111dde-fc1a-43df-8d0a-44bcc74bf314). Email:compras@patosdeminas.mg.gov.br. - DATE_ATOM: 2026-03-23T12:51:54-03:00

23 Mar 2026, 12:54:34

Assinaturas **iniciadas** por GERÊNCIA DE COMPRAS - PREFEITURA (0a111dde-fc1a-43df-8d0a-44bcc74bf314). Email:compras@patosdeminas.mg.gov.br. - DATE_ATOM: 2026-03-23T12:54:34-03:00

23 Mar 2026, 12:57:30

RENATA GOMES **Assinou como parte** - Email: adv.pm@hotmail.com - IP: 177.191.91.1 (177-191-091-1.xd-dynamic.algarnetsuper.com.br porta: 20944) - **Geolocalização: -18.5911476 -46.5160783** - Documento de identificação informado: 053.368.966-08 - DATE_ATOM: 2026-03-23T12:57:30-03:00

23 Mar 2026, 13:31:57

FABIANA DE SANT ANNA MIRANDA EGUCHI **Aprovou** (26ba4f65-7f78-4c97-8ac3-fac1efa13dd2) - Email: fabianaeguchi@patosdeminas.mg.gov.br - IP: 138.0.66.22 (138-0-66-22-static.onnettelecom.com.br porta: 16082) - Documento de identificação informado: 045.083.766-14 - DATE_ATOM: 2026-03-23T13:31:57-03:00

23 Mar 2026, 18:35:50

RENATA GOMES CAIXETA **Assinou como testemunha** (f7a8e0fa-f3ba-4d39-905a-a5510cecadce) - Email: renatinhagcaixeta@gmail.com - IP: 189.15.121.222 (189-015-121-222.xd-dynamic.algarnetsuper.com.br porta: 7774) - Documento de identificação informado: 082.932.706-16 - DATE_ATOM: 2026-03-23T18:35:50-03:00

23 Mar 2026, 19:02:42

POLLYANA GERALDA SILVA SOUSA **Assinou como testemunha** (0395c3c9-d5ce-4ed7-b415-dd7e44867b56) - Email: pollyana@patosdeminas.mg.gov.br - IP: 138.0.66.22 (138-0-66-22-static.onnettelecom.com.br porta: 1950) - Documento de identificação informado: 077.314.726-80 - DATE_ATOM: 2026-03-23T19:02:42-03:00

24 Mar 2026, 15:31:10

CÍDIA COSTA VARGAS **Aprovou** - Email: controladoria@patosdeminas.mg.gov.br - IP: 138.0.66.22 (138-0-66-22-static.onnettelecom.com.br porta: 35554) - Documento de identificação informado: 034.296.356-24 - DATE_ATOM: 2026-03-24T15:31:10-03:00

24 Mar 2026, 17:36:43

LUÍS EDUARDO FALCÃO FERREIRA **Assinou como parte** (6ed65cfe-cd52-4bc0-a294-4b4038d8a7e9) - Email: documentos.gabinete@patosdeminas.mg.gov.br - IP: 138.0.66.22 (138-0-66-22-static.onnettelecom.com.br porta: 44388) - Documento de identificação informado: 056.351.466-35 - DATE_ATOM: 2026-03-24T17:36:43-03:00

Hash do documento original

(SHA256):33b4bb2d3713f40778d1bd93e5972f54db45cb83520d2349f440f2de1d8b8d34

(SHA512):4f7a32577a294e9d065cebac9ac8b54156e7dfb9ea7786f5b07fdb17e44494a0e7869dcf62c4e225d58f1e2f5e851bfc60703d229ee666f7fa585987b0459849

Esse log pertence **única e exclusivamente** aos documentos de HASH acima



Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign

Integridade certificada no padrão ICP-BRASIL

Assinaturas eletrônicas e físicas têm igual validade legal, conforme **MP 2.200-2/2001** e **Lei 14.063/2020**.



A SUA LUZ ESTÁ EM SEUS OLHOS;
A NOSSA, EM SEU CORAÇÃO!

CNPJ: 08.111.283/0001-50
Av. Getúlio Vargas, nº 245 – 2º Andar – Centro
Patos de Minas MG - Telefones: (34) 3818-1403 / 9 9990-0910
E-mail: adv.pm@hotmail.com

PLANO DE AÇÃO SUBVENÇÃO 2026

1. DADOS CADASTRAIS – ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL - OSC

Razão Social Associação dos Deficientes Visuais de Patos de Minas (ADV)		CNPJ 08.111.283/0001-50
Logradouro: Avenida Getúlio Vargas nº245 - 2º andar (Antigo Fórum)		
Bairro Centro	Cidade Patos de Minas - MG	CEP 38.700-126
E-mail da Instituição adv.pm@hotmail.com	Site da instituição Associação dos Deficientes Visuais (Página no Facebook)	
Telefone 1 (034) 3818-1403	Telefone 2 (034) 9 9990-0910	Telefone 3 (034) -
Número da Conta Corrente: 22.307-7	Agência: 4669-8	Banco do Brasil Operação: -

2. IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL LEGAL PELA OSC

Nome [REDACTED]		CPF: [REDACTED]
Nº RG: [REDACTED]	Órgão Expedidor [REDACTED]	Cargo/Função [REDACTED]
Bairro [REDACTED]	Cidade [REDACTED]	Período de Mandato [REDACTED]
Telefone 1 [REDACTED]	Telefone 2 [REDACTED]	Telefone 3 [REDACTED]

3. IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO/ATIVIDADE

Nome do Projeto/Atividade: “Manutenção da Entidade”

Formalização de parceria, com transferência de recursos, entre a Prefeitura Municipal de Patos de Minas e Organização da Sociedade Civil (OSC) visando à manutenção dos serviços prestados pela Entidade e atendimentos aos usuários: crianças, adolescentes, adultos e idosos, com deficiência visual (cegueira ou baixa visão) ou pessoas em situações de vulnerabilidade e seus familiares.

Ronata Gomes
Aparecido Morgarete Rodrigues



ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES VISUAIS DE PATOS DE MINAS – ADV



CNPJ: 08.111.283/0001-50
 Av. Getúlio Vargas, nº 245 – 2º Andar – Centro
 Patos de Minas MG - Telefones: (34) 3818-1403 / 9 9990-0910
 E-mail: adv.pm@hotmail.com

<p>Período de Execução: 01/04/2026 a 01/04/2027(11 meses)</p>	<p>Nº de Beneficiários 200 usuários previstos</p>
<p>Abrangência: O Projeto atenderá todos os usuários inscritos na Entidade de todos os Bairros da cidade de Patos de Minas.</p>	<p>Valor do Recurso do Município: R\$46.999,26 (quarenta e seis mil novecentos e noventa e nove reais e vinte e seis centavos). Valor da Contra Partida da OSC: (R\$) - Valor Total: R\$46.999,26 (quarenta e seis mil novecentos e noventa e nove reais e vinte e seis centavos).</p>
<p>Justificativa:</p> <p>A parceria surgiu da necessidade de continuar as atividades que já vem sendo ofertadas pela Entidade, oferecer melhorias na qualidade dos serviços prestados para os usuários que se encontram em situações de vulnerabilidade e seus familiares. Através da Subvenção, acredita-se que os usuários possam receber melhor acolhimento em suas demandas, ressaltando que a Entidade presta serviço de forma continuada.</p>	
<p>Descrição do Projeto/Atividade:</p> <p>Histórico da OSC: A Associação dos Deficientes Visuais de Patos de Minas, Entidade civil, filantrópica, foi fundada em 03 de junho de 2006 como Entidade de personalidade jurídica, de caráter assistencial de relevância pública e social, vinculada à Organização Nacional de Cegos do Brasil (ONCB), de duração indeterminada, constituída por número ilimitado de associados.</p> <p>Área de Atuação: Assistência Social, como seu público alvo crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos com deficiência visual, baixa visão, habilitação e reabilitação, saúde e outros.</p> <p>Perfil do Público Atendido: crianças, adolescentes, adultos e idosos, com deficiência visual e também, que se encontra em situação de vulnerabilidade, inscritos na Entidade e seus familiares com diferentes níveis de escolaridade a maioria é de baixa renda.</p> <p>Caracterização do Serviço: As atividades serão executadas pela Associação dos Deficientes Visuais de Patos de Minas - ADV e contará com o apoio da rede de parceiros, atenderá todos os usuários que solicitarem os serviços ofertados.</p> <p>Capacidade de Atendimento: A Entidade, seus colaboradores e parceiros, possui capacidade de atender todos os usuários, pessoas com deficiência visual que se encontre em situação de vulnerabilidade, inscrita na Entidade e seus familiares.</p> <p>Metodologia de Trabalho: Com essa parceria, a Entidade poderá manter os colaboradores e gastos com combustível e com as necessidades diárias, melhorando a qualidade dos serviços ofertados, para atender as demandas dos usuários e dar continuidade ao trabalho que já vêm sendo realizado de forma contínua, como:</p>	

Romana Gomes

Apresentada Margarete Rodrigues





CNPJ: 08.111.283/0001-50
 Av. Getúlio Vargas, nº 245 – 2º Andar – Centro
 Patos de Minas MG - Telefones: (34) 3818-1403 / 9 9990-0910
 E-mail: adv_pm@hotmail.com

demandas dos usuários e dar continuidade ao trabalho que já vêm sendo realizado de forma contínua, como: a disponibilidade do veículo para atender suas necessidades, devido à deficiência possuem grandes dificuldades de locomoção, orientações e apoio familiar. Atendimento por telefone e o WhatsApp, visitas domiciliares, atendimentos individuais e em grupos, reuniões e encontros presenciais com temas variados sugeridos pelos usuários, oferta de lanche, inclusão de novos usuários com preenchimento de estudo socioeconômico, encaminhamentos para a rede proporcionando uma melhora na autoestima, inclusão social, auxílio em documentações para aquisição de Passe Livre Intermunicipal, Interestadual e cartão de estacionamento para pessoas com deficiência, encaminhamento para atendimentos psicológicos e odontológicos, dentre outros.

4. CAPACIDADE TÉCNICA / QUALIFICAÇÃO DA EQUIPE TÉCNICA

- Inscrição no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA,
- Inscrição no Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS,
- Inscrição no Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa - CMDPI
- Cadastro Nacional de Entidades de Assistência Social - CNEAS,
- Cadastro Geral de Convenentes - CAGEC
- Certificação de Entidades Benéficas de Assistência Social - CEBAS.
- Conforme Termo de Colaboração nº 68/2023

5. SÍNTESE DA PROPOSTA

5.1. Identificação do Objeto (Geral e Específico)

Identificação do Objeto:

- ✓ Pagamento da Assistente Social a Entidade poderá continuar a atender as necessidades dos usuários, em atendimentos individuais, busca ativa, visitas domiciliares, encaminhamentos para a rede, apoiar as famílias proporcionando uma melhora na autoestima, conhecimento de seus direitos e inclusão social.
- ✓ Pagamentos dos encargos sociais manteremos os compromissos trabalhistas da funcionária.
- ✓ Aquisição do diesel para o abastecimento do veículo, será possível continuar oportunizando o transporte aos usuários em situação de vulnerabilidade, para as atividades desenvolvidas na Entidade ou outras demandas apresentadas.
- ✓ Pagamento do Contador que será responsável por prestar assistência contábil a Entidade.
- **Objetivo Geral:** Promover a defesa e garantia de direitos das pessoas com deficiência visual, contribuindo para uma melhora na qualidade de vida, fortalecimento dos vínculos familiares, prevenindo assim ocorrências de situações de vulnerabilidades e isolamento social.
- **Objetivos Específicos:** Contribuir e melhorar a continuidade da demanda dos serviços que já vem sendo ofertados como: disponibilidade do veículo e motorista para atender as necessidades dos usuários, atendimento individual, visitas domiciliares, encaminhamentos para a rede, apoiar as famílias proporcionando uma melhora na autoestima, conhecimento de seus direitos e inclusão social dos usuários.

Bonita Gomes Aparecida Margarete Rodrigues





CNPJ: 08. 111.283/0001-50
 Av. Getúlio Vargas, nº 245 – 2º Andar – Centro
 Patos de Minas MG - Telefones: (34) 3818-1403 / 9 9990-0910
 E-mail: adv.pm@hotmail.com

5.2. Resultados Esperados

Espera-se que através dessa parceria a Entidade possa dar continuidade aos serviços, que já vem sendo ofertados, acolhendo as demandas e garantindo uma melhora na qualidade de vida dos atendidos e dos serviços prestados.

5.3. Metas

- ✓ Pagamento de Assistente Social e seus encargos sociais;
- ✓ Pagamento do diesel;
- ✓ Pagamento Contador;
- ✓ Atender as demandas apresentadas pelos usuários.

5.4. Público Beneficiário

O recurso recebido atenderá em média 200 usuários inscritos na Entidade, como: crianças, adolescentes, adultos e idosos com deficiência visual que se encontrar em situação de vulnerabilidade que solicitarem os serviços, inscritos na Entidade e seus familiares.

5.5. Forma de Execução das Atividades

- Pagamento da Assistente Social da Entidade que executará seus trabalhos como assistente social atendendo as demandas dos associados e seus familiares de segunda-feira a sexta-feira de 12h às 16h;
- Pagamentos de encargos sociais da funcionária clt;
- Pagamento do Contador da Entidade que executará os serviços contábeis da entidade por 20 horas semanais;
- Abastecimento do veículo para locomoção durante a semana de segunda a sexta nas visitas domiciliares e para usuários que demandarem a necessidade do serviço, veículo: Van, placa: TXA9C63, cor predominante: branca, estimativa provável de quilômetros 500 quilômetros mensais (em média).

5.6. Indicadores, Formas De Aferição Dos Cumprimentos Das Metas.

Fotos, lista de presença, notas fiscais, formulários, ficha de atendimento e de monitoramento, encaminhamentos, comprovante de visitas domiciliares e prestação de contas.

5.7. Equipe de Profissionais Que Atuarão na Execução da Proposta

Função	Formação	Carga Horária Semanal
Assistente Social	Serviço Social	20 horas

Remota @ mes

Aparecida Margarete Rodrigues



ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES VISUAIS DE PATOS DE MINAS – ADV



CNPJ: 08. 111.283/0001-50
 Av. Getúlio Vargas, nº 245 – 2º Andar – Centro
 Patos de Minas MG - Telefones: (34) 3818-1403 / 9 9990-0910
 E-mail: adv.pm@hotmail.com

ESPECIFICAÇÃO	VALOR (RS)
Pessoal e Encargos Sociais	R\$ 23.927,31
Material de Consumo	R\$ 20.123,95
Prestação de Serviço Pessoa Física ou Jurídica	R\$ 2.948,00
Aluguel/Locação	-
Materiais Permanentes e Obras	-
Reparos	
TOTAL	R\$ 46.999,26

6.1 Detalhamentos das Despesas

6.1.1 Pessoal e Encargos Sociais					
Item	Especificação/Nome	Cargo	Qtde/Mês	Valor Mensal	Valor Total da Despesa
01	Salário da Assistente Social	Assistente Social	11 meses	R\$ 2.001,41	R\$ 22.015,51
02	FGTS da Assistente Social	Assistente Social	11 meses	R\$ 173,80	R\$ 1.911,80
	Subtotal				R\$ 23.927,31

6.2-Prestação de Serviço Pessoa Física ou Jurídica				
Item	Especificação	Qtde/Mês	Valor Mensal	Valor Total da Despesa
01	Contador	11 meses	R\$ 268,00	R\$2.948
	Subtotal			R\$ 2.948,00

6.3 Materiais de Consumo				
Item	Especificação	Qtde/Mês	Valor Mensal	Valor Total da Despesa
01	Combustível (diesel)	R\$ 5,82 o litro sendo: 314,34 litros por mês em 11 meses	R\$ 1.829,45	R\$20.123,95
	Subtotal			R\$ 20.123,95

6.4 Aluguel/Locação				
Item	Especificação	Qtde/Mês	Valor Mensal	Valor Total da Despesa
	Subtotal			

6.5 Equipamentos/Materiais Permanentes e Obras				
Item	Especificação	Qtde/mês	Valor mensal	Valor Total da despesa
	Subtotal			

TOTAL GERAL	R\$ 46.999,26
--------------------	----------------------

7. PREVISÃO DE DESEMBOLSO DO MUNICÍPIO - (R\$) 46.999,26 (quarenta e seis mil novecentos e noventa e nove reais e vinte e seis centavos)

Remata Gomes

Aparecida Margarete Rodrigues



5



CNPJ: 08.111.283/0001-50
 Av. Getúlio Vargas, nº 245 – 2º Andar – Centro
 Patos de Minas MG - Telefones: (34) 3818-1403 / 9 9990-0910
 E-mail: adv.pm@hotmail.com

7. PREVISÃO DE DESEMBOLSO DO MUNICÍPIO - (R\$) 46.999,92 (quarenta e seis mil novecentos e noventa e nove reais e noventa e dois centavos)

CONTRA PARTIDA DA ENTIDADE (R\$).

REPASSES					
ABR/2026	MAI/2026	JUN/2026	JUL/2026	AGOS/2026	SET/2026
OUT/2026	NOV/2026	DEZ/2026	JAN/2027	FEV/2027	
Total					

8. PRESTAÇÃO DE CONTAS PARCIAL/TOTAL

A Prestação de Contas Parcial deverá ser apresentada na periodicidade definida pelo Plano de Trabalho da parceria, de forma condizente com o seu objeto e com o cronograma de desembolso de recursos, quando houver. A Prestação de Contas Parcial deverá ser apresentada de acordo com as parcelas liberadas e a Prestação de Contas.

9. DECLARAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL

Na qualidade de representante legal da **Organização da Sociedade Civil - OSC**, declaro para fins de prova junto ao **Município de Patos de Minas – MG**, para os efeitos e sob as penas da Lei, que inexistente qualquer débito em mora ou situação de inadimplência com órgão ou entidade da Administração Pública, Federal, Estadual e Municipal, que impeça a realização deste termo ou qualquer instrumento legal com o Município de Patos de Minas - MG, na forma deste plano de trabalho.

Pede e espera deferimento.

Patos de Minas, 12 de fevereiro de 2026.

Renata Comar

Assinatura do Representante Legal da OSC (Presidente)

Aparecida Margarete Rodrigues

Assinatura do Tesoureiro da OSC





CNPJ: 08. 111.283/0001-50
Av. Getúlio Vargas, nº 245 – 2º Andar – Centro
Patos de Minas MG - Telefones: (34) 3818-1403 / 9 9990-0910
E-mail: adv.pm@hotmail.com

10. APROVAÇÃO PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

DECLARAMOS que foi analisado o conteúdo do PLANO DE TRABALHO, APROVAMOS e autorizamos a execução dos procedimentos operacionais detalhados no mesmo.

Patos de Minas (MG), ____ de _____ de _____.

Assinatura Administrador Público - Secretário Ordenador da Despesa

Aparecida Margarete Rodrigues

Ronata Romery



plano de trabalho subvencao 050320261772736986619 pdf
Código do documento 172a501b-3e79-46c9-8111-e9c85b0ab45e



Assinaturas



Elisângela Luisa Fernandes
elisangela.fernandes@patosdeminas.mg.gov.br
Assinou

Elisângela Luisa Fernandes

Eventos do documento

16 Mar 2026, 14:02:46

Documento 172a501b-3e79-46c9-8111-e9c85b0ab45e **criado** por GERÊNCIA DE COMPRAS - PREFEITURA (0a111dde-fc1a-43df-8d0a-44bcc74bf314). Email:compras@patosdeminas.mg.gov.br. - DATE_ATOM: 2026-03-16T14:02:46-03:00

16 Mar 2026, 14:06:36

Assinaturas **iniciadas** por GERÊNCIA DE COMPRAS - PREFEITURA (0a111dde-fc1a-43df-8d0a-44bcc74bf314). Email: compras@patosdeminas.mg.gov.br. - DATE_ATOM: 2026-03-16T14:06:36-03:00

16 Mar 2026, 14:31:02

ELISÂNGELA LUISA FERNANDES **Assinou** (14332fa9-bcee-43df-a3db-2a1487a98a09) - Email: elisangela.fernandes@patosdeminas.mg.gov.br - IP: 179.84.158.67 (179-84-158-67.user.vivozap.com.br porta: 57962) - **Geolocalização: -18.604272537263387 -46.50957376176951** - Documento de identificação informado: 058.879.486-47 - DATE_ATOM: 2026-03-16T14:31:02-03:00

Hash do documento original

(sha256):bc45ad6a3e0d1b4b53f46be314769e055a8e899750a44855846f0c9ee1203cee

(sha512):9dffbeb287e6ece66d64b6d91502e86602c63b8cc66bb475e41e2b0a3b91665837e348d20cfd02ca93a63895066a0aa420e2c7fbed83114362908cce21eaf67e

Esse log pertence **única e exclusivamente** aos documentos de HASH acima



Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign

Integridade certificada no padrão ICP-BRASIL

Assinaturas eletrônicas e físicas têm igual validade legal, conforme **MP 2.200-2/2001** e **Lei 14.063/2020**

Parágrafo único. O relatório deverá ser arquivado na unidade escolar e poderá subsidiar o acompanhamento pedagógico do estudante pela equipe escolar e pela família.

Art. 10 - Compete ao Supervisor Educacional acompanhar e orientar o processo avaliativo e as ações de recuperação da aprendizagem na unidade escolar, cabendo-lhe:

- I – orientar os professores quanto às práticas avaliativas e às estratégias de recuperação da aprendizagem;
- II – acompanhar os resultados das avaliações e identificar, juntamente com a equipe docente, as principais dificuldades de aprendizagem dos estudantes;
- III – apoiar o planejamento de intervenções pedagógicas que favoreçam a melhoria do processo de ensino e de aprendizagem;
- IV – promover momentos de reflexão pedagógica com os professores sobre as práticas avaliativas;
- V – acompanhar e validar os registros das avaliações, das atividades de recuperação e dos relatórios pedagógicos.

Art. 11 - A equipe gestora da unidade escolar deverá acompanhar e garantir a efetivação das ações previstas nesta Instrução Normativa.

Art. 12 - Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se a Instrução Normativa nº 01/2024 e demais disposições em contrário.

Patos de Minas, 25 de março de 2026.

Carlos André Rodrigues
Secretário Municipal de Educação

Secretaria Municipal de Governo

Expediente

Justificativa nº 88/2026, processo 5584-26-PAT-GOV. O Município de Patos de Minas conforme base jurídica entende-se inexigível o chamamento público, para celebração da parceria com Associação Ainda Resta Esperança, visando o cuidado a saúde mental através de atendimentos Psicoterapêuticos e Psiquiátricos as pessoas em vulnerabilidades emocionais e sociais, na prevenção ao suicídio. Na forma do §2º do art. 32 da Lei Federal 13.019/2014, fica aberto o prazo de 05 (cinco) dias para eventual impugnação, que deverá ser protocolada através do endereço eletrônico: <https://patosdeminas.prefeituras.net/>. Patos de Minas, 27 de março de 2026. Sandra Cristina Gomes da Silva, Vice Prefeita Municipal em exercício.

Justificativa nº 89/2026, processo 5746-26-PAT-GOV. O Município de Patos de Minas conforme base jurídica entende-se inexigível o chamamento público, para celebração da parceria com a Associação Cultural Afrobrasileira Vovó Ana - ASCAVA, visando fomentar a cultura das festas Congadas da nossa cidade e de nossa região com o projeto "Cultura no peito e na mala". Na forma do §2º do art. 32 da Lei Federal 13.019/2014, fica aberto o prazo de 05 (cinco) dias para eventual impugnação, que deverá ser protocolada através de endereço eletrônico: <https://patosdeminas.prefeituras.net/>. Patos de Minas, 27 de março de 2026. Sandra Cristina Gomes da Silva, Vice Prefeita Municipal em exercício.

Termo de Fomento nº 09/2026, Organização da Sociedade Civil: Associação dos Deficientes Visuais de Patos de Minas, Objeto: Decorrente de inexigibilidade de Chamamento Público, tem por objeto o repasse de recursos financeiros (subvenções), visando à manutenção dos serviços prestados pela Entidade e atendimentos aos usuários: crianças, adolescentes, adultos e idosos, com deficiência visual (cegueira ou baixa visão) ou pessoas em situações de vulnerabilidade e seus familiares. Valor: R\$46.999,26 (quarenta e seis mil, novecentos e noventa e nove reais e vinte e seis centavos). Assinatura: 24/03/2026, Vigência: 01/04/2027. Patos de Minas, 27 de março de 2026. Sandra Cristina Gomes da Silva, Vice Prefeita Municipal em exercício.

Termo de Fomento nº 10/2026, Organização da Sociedade Civil: Associação de Santos Reis de Major Porto, Objeto: Decorrente de inexigibilidade de Chamamento Público, tem por objeto o repasse de recursos financeiros (contribuições), visando a realização da Festa Popular de Santos Reis de Major Porto. Valor: R\$ 7.000,00 (sete mil reais). Assinatura: 24/03/2026. Vigência: 30/06/2026. Patos de Minas, 27 de março de 2026. Sandra Cristina Gomes da Silva, Vice Prefeita Municipal em exercício.

Termo de Fomento nº 11/2026, Organização da Sociedade Civil: Associação Promocional e Assistencial dos Bairros Guanabara e Copacabana, Objeto: Decorrente de inexigibilidade de Chamamento Público, tem por objeto o repasse de recursos financeiros (subvenções sociais) visando compra de matéria prima para fabricação de fraldas. Valor: R\$ R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais). Assinatura: 25/03/2026. Vigência: 31/10/2026. Patos de Minas, 27 de março de 2026. Sandra Cristina Gomes da Silva, Vice Prefeita Municipal em exercício.

Termo de Fomento nº 12/2026, Organização da Sociedade Civil: Conselho Comunitário de Segurança Pública de Major Porto e Adjacências, Objeto: Decorrente de inexigibilidade de Chamamento Público, tem por objeto o repasse de recursos financeiros (contribuição) visando a aquisição de duas leitoras de placas HIKVISION

para melhorar o monitoramento das câmeras do olho vivo no distrito de Major Porto. Valor: R\$15.000,00 (quinze mil reais) Assinatura: 24/03/2026. Vigência: 31/10/2026. Patos de Minas, 27 de março de 2026. Sandra Cristina Gomes da Silva, Vice Prefeita Municipal em exercício.

Termo de Colaboração nº 05/2026, Organização da Sociedade Civil: Associação de Proteção a Maternidade Infância e Velhice de Patos de Minas. Objeto: Decorrente de dispensa de Chamamento Público, tem por objeto efetivar o repasse de recursos provenientes de transferência oriunda do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS. Valor: R\$ 10.667,40 (dez mil, seiscentos e sessenta e sete reais e quarenta centavos), Assinatura: 24/03/2026. Vigência: 31/07/2026. Patos de Minas, 27 de março de 2026. Sandra Cristina Gomes da Silva, Vice Prefeita Municipal em exercício.

Convênio nº 01/2026, Conveniada: Caixa Escolar Professor Antônio Dias Maciel. Objeto: Tem por objeto formalizar as condições para disponibilizar os serviços e instalações necessárias à concessão de estágios e de práticas de ensino, bem como o desenvolvimento de projetos de pesquisa e extensão de interesse dos convenientes, junto às Escolas Municipais e Centros de Educação Infantil, aos alunos regularmente matriculados na Escola Estadual Professor Antônio Dias Maciel. Assinatura: 25/03/2026, Vigência: 25/03/2031. Patos de Minas, 27 de março de 2026. Sandra Cristina Gomes da Silva, Vice Prefeita Municipal em exercício.

Secretaria Municipal de Saúde

Expediente

EXTRATO DE TERMO DE APOSTILAMENTO // 01º APOSTILAMENTO À Ata de Registro de Preços Nº 31/2025 (Pregão Eletrônico Nº 133/2024, Processo Licitatório Nº 374/2024, Processo Digital 34698-24-PAT-SMS). Contratada: LABORATORIOS B BRAUN S.A. Objeto: alteração dos dados bancários para pagamentos das notas fiscais, conforme Processo SEI Nº 26.1.000008102-3. Data de assinatura: 25/03/2026. Patos de Minas, 26 de março de 2026. Sandra Cristina Gomes da Silva - Prefeita em exercício.

Atos Oficiais – CONSELHOS MUNICIPAIS

Conselho Municipal de Assistência Social

RESOLUÇÃO Nº 12/2025(*)

Dispõe sobre as deliberações do Conselho Municipal de Assistência Social, conforme discussão em reunião ordinária realizada no dia 09/10/2025, às 13:00 horas na Av. Brasília, nº 85 – Nossa Senhora Aparecida.

O Conselho Municipal de Assistência Social no uso de suas atribuições legais através da Lei de criação nº 4078 de 11 de dezembro de 1995, alterada pela Lei nº. 7.565 de 7 de dezembro de 2017; e Regimento interno.

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a Ata de número 293, referente a reunião realizada dia 26/09/2025.

Art. 2º Empossar a Conselheira Camilla Mariane da Silva Tavares conforme Portaria nº 5.000, de 05/08/2025

Art. 3º Empossar os Conselheiros Walderlene Alves Santana, Mirelle Dias de Freitas Marques e Marcelo Machado de Brito conforme Portaria nº 5.018, de 29/09/2025

Art. 4º Compor a Comissão para adequação do Regimento Interno à Resolução 100 do CNAS, ficando a mesma formação da comissão de Eleição da Sociedade Civil, sendo assim composta: Representantes da Sociedade Civil: Maria Aparecida Maciel, Fabiola Cristina Andrade de Almeida e Andreia Felix Pereira; Representantes Governamentais: Viviane Elen de Castro Sampaio, Alessandra Cristina Ávila Araújo e Debliane Alves Peres.

Art. 5º Apresentação do parecer da Comissão de Monitoramento e Avaliação quanto à inscrição das entidades inscritas no CMAS sendo: a) Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Patos de Minas-Apae, Lar Paulo e Estevão, Posto de Assistência Chico Xavier, Fundação de Prevenção e Apoio à Pessoa com Câncer – Pró-Curar-Se, Casa da Acolhida, Associação de Proteção à Maternidade, Infância e Velhice de Patos de Minas “Casa das Meninas Nossa Senhora Aparecida”, Associação dos Deficientes Visuais – ADV, Lar Vicentino Padre Alaor, Lar de Idosos Eurípedes Barsanulfo, Casa da Sopa Tia Euzábia, Associação de Pais, Amigos e Profissionais dos Autistas de Patos de Minas – Esperança Azul, Associação Vem-Ser de Proteção e Assistência à Criança e ao Adolescente de Patos de Minas e Amparo Eurípedes Novelino. Associação Vem-Ser de Proteção e

